



SEGREGADOS QUE SEGREGAM: UMA DISCUSSÃO SOBRE A DEFESA DOS ECOLIMITES PELOS MORADORES POR ELES CERCADOS

Rafael Luiz Leite Lessa Chaves ¹

RESUMO

No presente trabalho, propomos uma discussão sobre a absorção, por parte dos moradores de algumas favelas situadas em uma Unidade de Conservação no município do Rio de Janeiro, do discurso ecológico conservador da elite. Verificamos de que forma os favelados percebem os ecolimites ao seu redor e qual é a atuação das associações de moradores frente aos avanços de novas construções. Os ecolimites são barreiras físicas instaladas pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a partir do ano de 2001 para a demarcação do limite entre as favelas e a cobertura florestal remanescente. Nosso recorte espacial observa algumas das favelas cercadas pelos ecolimites: Agrícola, Biquinha, Fazenda, Furnas, Mata Machado, Tijuacu e Vale Encantado, todas no bairro do Alto da Boa Vista.

Palavras-chave: Ecolimites, injustiça ambiental, segregação residencial, Alto da Boa Vista.

ABSTRACT

The present paper proposes a discussion about the acception, by the residents of some favelas located in a Conservation Unit in the city of Rio de Janeiro, of the elite's conservative ecological discourse. We researched how the favelados perceive the eco-limits around them and what is the role of neighborhood associations in the face of advances in new constructions. Ecolimits are physical barriers installed by the Municipality of Rio de Janeiro in 2001 to demarcate the boundary between favelas and the remaining forest coverage. Our spatial cutout observes some of the favelas surrounded by ecolimits: Agrícola, Biquinha, Fazenda, Furnas, Mata Machado, Tijuacu and Vale Encantado, all in the Alto da Boa Vista neighborhood.

Key words: Ecolimits, environmental injustice, residential segregation, Alto da Boa Vista.

¹ Doutorando do Programa de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, rafchaves@gmail.com;



INTRODUÇÃO

No presente trabalho, propomos uma discussão sobre a absorção, por parte dos moradores de algumas favelas situadas em uma Unidade de Conservação no município do Rio de Janeiro, do discurso ecológico conservador da elite. Verificamos de que forma os favelados percebem os ecolimites ao seu redor e qual é a atuação das associações de moradores frente aos avanços de novas construções.

Sabemos que uma ampla parcela dos munícipes do Rio de Janeiro é condicionada a habitar em favelas. Esse fenômeno decorre de uma série de dinâmicas sócio-espaciais, que vêm se desenrolando ao longo da história da territorialização dessa porção do espaço geográfico pela sociedade moderna (ABREU, 1997). A materialidade contemporânea do espaço não apenas provê pistas da relação dos humanos com o ambiente (transformação, apropriação, significação), mas ela também revela os sinais das complexas relações de disputa pelo uso dos recursos ambientais entre as diferentes classes sociais.

No contexto dessa disputa, verificamos no espaço urbano carioca a instalação dos ecolimites pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a partir do ano de 2001. Essa ação consiste na construção de barreiras físicas para a demarcação do limite entre as favelas e a cobertura florestal remanescente. Tal política gerou uma intensa polêmica na esfera pública e atçou embates entre diferentes agentes estatais, apesar de o projeto ter sofrido algumas modificações, não deixou de ser concretizado (MACHADO, 2013). As adaptações do projeto inicial não alteraram a localização da instalação dos marcos, mas modificaram o tipo de material empregado para a construção das estruturas. O erguimento de muros de concreto ao redor de algumas favelas foi substituído por uma forma menos impactante em outras, que era uma combinação de cabos de aço pendendo entre trilhos ferroviários fincados verticalmente no chão (Figura 1).



Figura - Ecolimite na favela Fazenda



Fonte: Foto do autor no dia 05/08/2015.

A ação estatal se assenta no fato de que as favelas avançaram sobre a floresta, mas principalmente sobre o estigma de que as favelas são a origem da ameaça à floresta. Assim, o discurso estatal, reverberado pela mídia, era o de que a ação visava a contenção do desmatamento acarretado pela expansão das favelas. Verificamos, então, a instrumentalização conservadora dos argumentos ecológicos, pois o Estado tira de contexto a existência das favelas na paisagem, ocultando o processo de segregação residencial consequente da produção capitalista do espaço urbano.

Como veremos adiante, o tema apresentado já foi objeto de estudo para diversos autores, que frequentemente abordaram a discussão a partir do papel do Estado. Para contribuir com o debate, identificamos a oportunidade de aportar, a partir de uma pesquisa empírica, uma perspectiva que observa a opinião das pessoas que habitam algumas das favelas cercadas pelos delimitadores, bem como as práticas espaciais das suas respectivas associações de moradores. Esse é, então, o recorte temático do objeto que construímos para o trabalho que apresentamos.

Nosso recorte espacial observa algumas das favelas cercadas pelos ecolimites: Agrícola, Biquinha, Fazenda, Furnas, Mata Machado, Tijuaçu e Vale Encantado, todas no Bairro do Alto da Boa Vista. Elas se localizam dentro do perímetro de uma Unidade



de Conservação municipal, que é a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista (APARU-ABV), criada em 1992. Essa unidade foi estabelecida para atuar no ordenamento do uso do solo urbano na Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Tijuca (PNT), este tem o papel de proteger uma extensa área de mata atlântica que recobre parte do Maciço da Tijuca (CHAVES, 2019).

Nossa pesquisa observa um fenômeno em andamento, que é a reação das pessoas que vivem nas favelas aos ecolimites instalados. Por essa razão, assentamos o recorte temporal da nossa pesquisa no presente de sua elaboração. Contudo, não deixamos de explorar, em caráter introdutório e à guisa de contextualização, o longo processo de favelização sobre a floresta do tecido urbano carioca, destacando a instalação dos ecolimites.

Verificamos que uma parcela significativa dos moradores das favelas investigadas reconhece os efeitos positivos proporcionados pela proximidade com a floresta. Então, essa é uma das razões do grande apreço nutrido pelos sujeitos em relação àquela amenidade. Argumentamos que tanto o sentimento de posse do recurso em debate, quanto o receio de que um significativo crescimento da favela sobre a floresta coloque a sua própria permanência em xeque, leva aos moradores já territorializados a adotarem o discurso de que o ecolimite é um instrumento para proteger a floresta contra “invasores”, ou seja, contra novos moradores. Constatamos que as associações de moradores das favelas atuam ativamente na contenção de novas construções para além dos ecolimites.



METODOLOGIA

A nossa argumentação se apoia em dois passos principais. O primeiro deles se subdivide no levantamento bibliográfico sobre o tema abordado, a área de estudo e alguns conceitos centrais para nossa discussão teórica. Para ir além do olhar sobrevoado, buscamos identificar, localizar e estabelecer contato com as possíveis organizações das pessoas assentadas no território cercado pelos ecolimites, por isso o nosso segundo passo é o levantamento dos dados primários que revelem a percepção dos moradores das favelas acerca dos ecolimites, e também exponham das ações das associações de moradores em relação às construções que desrespeitam os ecolimites ao redor das favelas estudadas.

A exploração da realidade empírica se apoiou em inquéritos na forma de questionários distribuídos para os moradores das favelas de nosso recorte espacial. O meio que encontramos para veicular os questionários foi o digital, esse se baseou em um formulário virtual da plataforma Google (Google Forms) (Figura 2). No processo de sua construção, incorporamos um vídeo de poucos minutos e um pequeno texto, nos quais apresentávamos a pesquisa, introduzíamos as perguntas e orientávamos o preenchimento do questionário.

Figura 2 - Cabeçalho do questionário distribuído aos moradores através da plataforma Google Forms

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
E-mail: ppgg.geografia@gmail.com
Site: www.ppgg.igeo.ufrj.br

UFRJ

Qualidade de vida e participação popular nas comunidades do Alto da Boa Vista

Esse questionário faz parte de uma pesquisa de doutorado em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre as comunidades do Alto da Boa Vista.

Para essa pesquisa, eu gostaria de pedir a você, morador e moradora dessas comunidades que me desse alguns minutinhos do seu tempo para preencher esse questionário aqui embaixo, ele é totalmente sigiloso e seu anonimato é garantido.

Eu me apresento no vídeo abaixo e falo um pouco mais sobre a pesquisa. Caso tenha dificuldade em abrir o vídeo, deixei na descrição tudo o que digo no vídeo.

Ajude a ciência a conhecer melhor a realidade que você vive!

Desde já, agradeço pelo seu tempo!

Fonte: Formulário de pesquisa criado pelo autor na plataforma Google Forms. Disponível em <<https://forms.gle/JRzskVLo3nsqcRAV9>>. Acesso em 24 ago. 2020.



Como o presente trabalho deriva de uma pesquisa bem mais ampla, o corpo do formulário era composto das questões que desejávamos apresentar aos moradores, organizadas em quatro blocos: o perfil dos respondentes; a relação do respondente com a favela onde habita; a relação do respondente com a associação de moradores da favela, quando existente; e, a relação do respondente com a floresta que cerca a favela (nesse bloco foi inserida a questão sobre os ecolimites). Como não conhecíamos o perfil do público alvo da pesquisa, optamos por uma linguagem bem simples e adotamos o usual eufemismo “comunidade” para nos referirmos à favela, com o fim de evitar possíveis melindres.

Além do questionário, uma técnica de produção de dados primários foi a aplicação de entrevistas formais e informais abertas, e as informações que buscamos são: a opinião dos líderes das associações de moradores sobre a importância dos diferentes recursos territoriais e o uso adequado que se deve dar para cada um deles; quais são seus objetivos em relação aos recursos territoriais; quais são suas ações para garantir seus objetivos (nesse ponto identificamos a proteção aos ecolimites); quem são os atores vistos como parceiros ou rivais; e, quais os impactos das ações dos demais atores para os seus objetivos. Para cada entrevista adotamos a orientação de dividir a questão principal em mini questões para assim auferirmos todas as informações necessárias. Ao conduzirmos entrevistas abertas, corremos o risco de deixarmos de buscar respostas para todos os pontos que almejamos, por isso adotamos a técnica de anotação dos tópicos que devem ser tratados com cada entrevistado (CLOKE et al., 2004).

REFERENCIAL TEÓRICO

A respeito dos ecolimites, as principais obras de referência que utilizamos são a dissertação de mestrado produzida pela geógrafa Ana Brasil Machado (2013), um artigo publicado pelo geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2015) e um livro deste autor (2019). Sobre a área de estudo, nos apoiamos em um artigo de nossa autoria (CHAVES, 2019) e também na dissertação do geógrafo Tiago B. Fonseca (2018).

No bojo da articulação teórica sobre a segregação residencial, nos fundamentamos na síntese elaborada pelo geógrafo Roberto Lobato Corrêa (2013). A conceitualização sobre território, práticas espaciais e (in)justiça ambiental tomamos de Marcelo Lopes de



Souza (2013; 2019). Outras formulações conceituais são mobilizadas para nosso argumento, contudo, elas são adequadamente apresentadas no momento de sua utilização.

Para o levantamento dos dados empíricos aplicamos um questionário fechado (KIDDER, 1987), distribuído digitalmente ao longo do mês de julho de 2020 para os moradores das favelas observadas. Através desse instrumento, pudemos verificar a opinião dos participantes da pesquisa acerca dos ecolimites, bem como a sua percepção dos benefícios e adversidades acarretados pela proximidade da floresta.

Com o intuito de identificar as práticas das associações de moradores em relação às construções que avançam sobre os ecolimites, realizamos uma série de entrevistas, na modalidade formal aberta (KIDDER, 1987), com os representantes das associações de moradores das favelas Agrícola, Fazenda, Furnas, Mata Machado, Tijuacu e Vale Encantado entre os anos de 2015 e 2020. É importante ressaltarmos que a Biquinha não possui uma associação de moradores organizada.

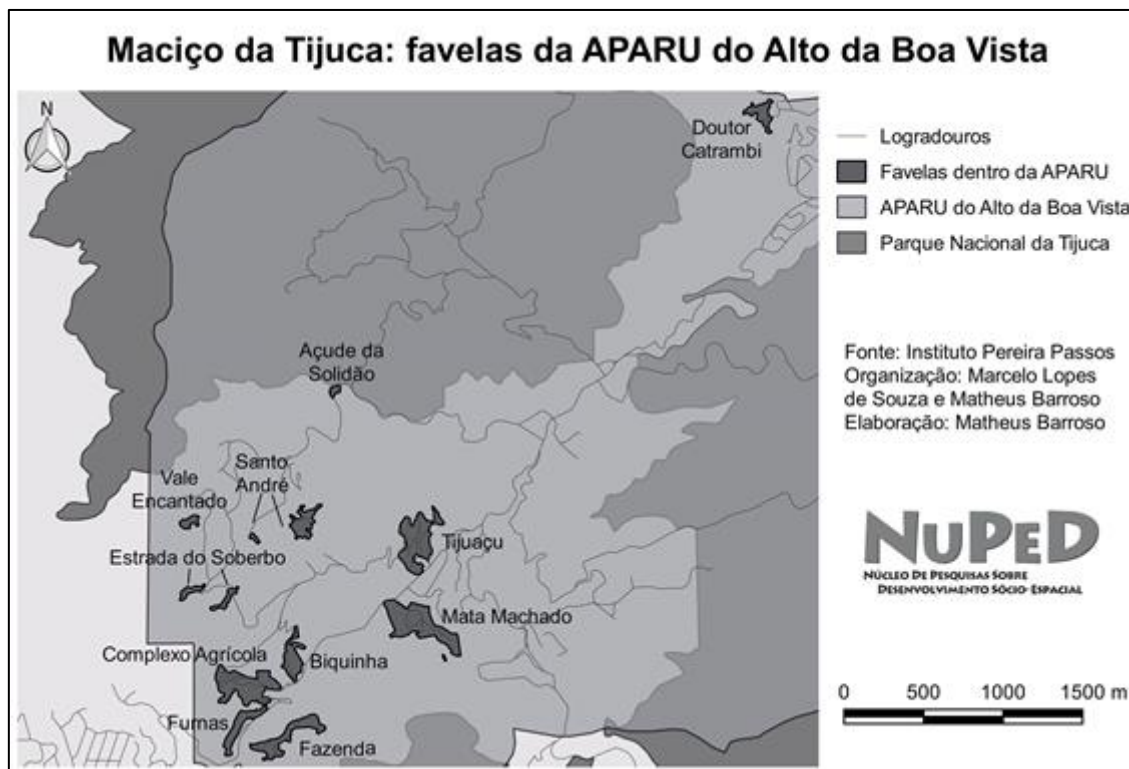
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente, as favelas são a solução encontrada por algumas pessoas, notadamente aquelas dos estratos pobres da sociedade, para resolver o problema habitacional imposto pela ordem urbana. Essas residências foram erguidas e vinham ocupando áreas de relativamente baixo valor de troca no tecido urbano. Contudo, o valor de troca dos terrenos ocupado pelas favelas variou na medida em que a urbe se expandiu para a Zona Oeste do município. Dessa maneira, uma área que fora passível de ocupação pelos pobres, dada a combinação de seu sítio e sua posição no presente de então, tornou-se uma porção cobiçada pelo mercado imobiliário contemporâneo.

As favelas em foco no nosso trabalho tiveram seus territórios incorporados na APARU-ABV (Mapa 1) e posteriormente foram cercadas pelos ecolimites para a proteção da floresta contra os pobres. Elas são favelas relativamente pequenas (somavam 4877 habitantes em 2010), muito antigas (a mais recente já existia em 1956) e que não apresentam crescimento significativo de acordo com os dados dos órgãos municipais.



Mapa 1 – Favelas na APARU do Alto da Boa Vista



Fonte: SOUZA, 2015.

Apesar de não nos alongarmos na exposição dos detalhes da criação e da implementação da política dos ecolimites, devemos, contudo, apontar que a sua concepção é parte de uma estratégia da elite carioca para, através da mobilização da opinião pública e do aparelho de Estado, exercer uma instrumentalização conservadora dos argumentos ecológicos. Sobre o caráter claramente segregacionista dos ecolimites, trazemos as considerações de Marcelo Lopes de Souza:

Os ecolimites exemplificam perfeitamente a maneira como se vem tentando, em meio a uma conjuntura "democrática", viabilizar os interesses de valorização do espaço e retirada daqueles que são vistos como indesejáveis em certos espaços. A ideia da administração estadual de cercar umas tantas favelas da Zona Sul carioca com muros de concreto ou cabos de aço, o que gerou protestos e terminou com o recuo e um desgaste político para o governo, é sintomática do desejo das elites cariocas de



lançar mão de todos os artifícios possíveis para "estancar" o crescimento das favelas. (SOUZA, 2015, p. 29)

A coligação entre as empresas do ramo imobiliário, as empresas de mídia e o Estado animam a dinâmica que subjaz à estigmatização dos favelados como degradadores da floresta. As empresas se interessam em converter aquelas terras em mercadoria, então o argumento ecológico é mobilizado e propagandeado pelos meios de comunicação em massa. Sua atuação carrega o potencial de mobilizar a opinião pública na pressão pela atuação do Estado na desterritorialização dos favelados, culminando na liberação do terreno para sua conversão em mercadoria (CHAVES, 2019). Podemos, então, verificar que os impactos sobre a floresta, resultantes da carência de políticas públicas para habitação popular, são atribuídos aos agentes imediatos, justamente as pessoas vitimadas pelo processo de segregação residencial.

Um dos debates que antecedem a nossa argumentação é o do caráter heterônomo inerente à instalação dos ecolimites. Já que ela se dá no bojo da ação uníssona de um braço estatal em nível local e dos veículos de comunicação locais em benefício dos interesses da elite dos proprietários, essa ação ratifica o status quo. Desta feita, ao mesmo passo que nos apoiamos no conhecimento produzido anteriormente sobre os ecolimites, o articulamos com a complexidade das relações sociais verificadas empiricamente, assim também com a formulação do Estado enquanto condensação material e específica da relação de forças entre classes e frações de classe (POULANTZAS, 1980).

A partir de um olhar geográfico, observamos que o fenômeno em foco é constituído pela articulação das ações de diferentes agentes sociais, e por isso dialogamos com a produção conceitual acerca das práticas espaciais (SOUZA, 2013), uma dessas práticas decorre da construção da imagem de uma porção do espaço (refletida nas pessoas que o ocupam). Esta se consolida na construção do discurso voltado para os demais membros da sociedade, e o seu conteúdo é o da proteção ambiental contra os favelados que “invadem” a floresta. Essa estigmatização da favela como um espaço que oferece risco para a floresta, é articulada com a visão da floresta como um “bem comum” intocável a ser protegido a qualquer custo contra os “degradadores”.

Tal prática, além de pavimentar o caminho para futuras desterritorializações, tem o papel de arrefecer a luta de classes, pois propaga o discurso implícito de que seria suficiente (ou mesmo justo) impedir a construção de novas unidades habitacionais

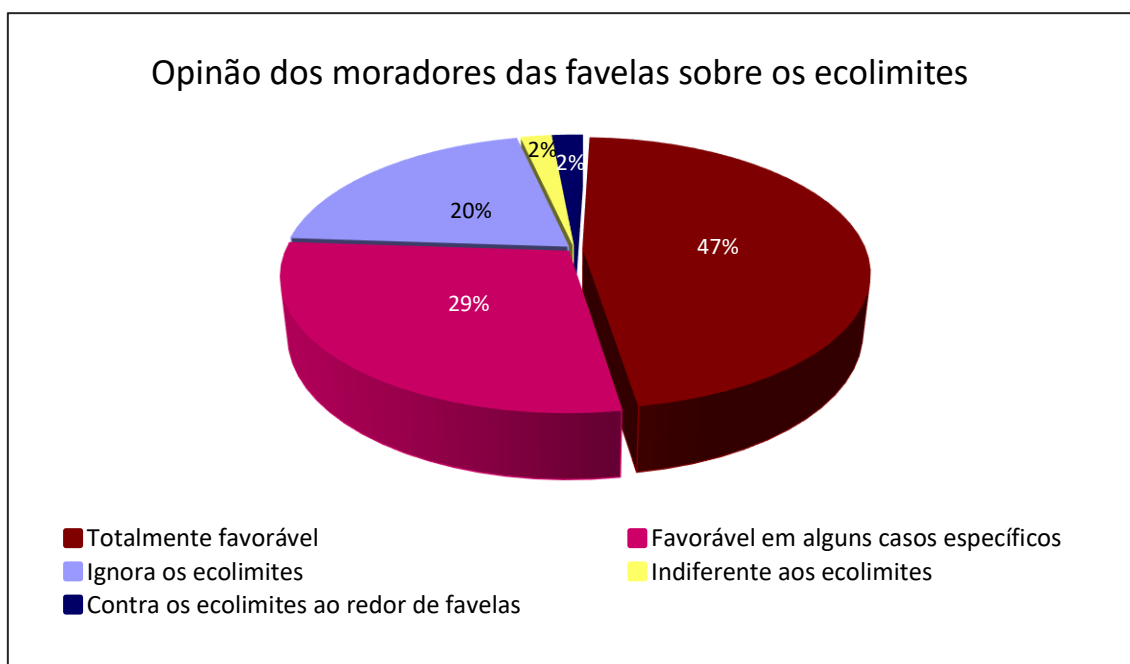


irregulares de pessoas pobres para conter o problema da supressão vegetal urbana. Ou seja, os reais mecanismos de dominação exercidos pela elite dos proprietários são ofuscados, invisibilizando, dessa forma, o seu papel de motor gerador das desigualdades que resultam na degradação ambiental. Desta feita, sabota a construção de possíveis laços de solidariedade entre frações da classe média e o hiperprecariado.

A manipulação do discurso ecológico oculta, então, tacitamente, que o crescimento das favelas sobre a mata atlântica é o resultado de processos de expropriação das classes subalternas, os quais têm origem em diversas escalas geográficas e períodos históricos, ou seja, na segregação residencial resultante da produção capitalista do espaço urbano.

O resultado obtido com a aplicação dos questionários utilizados para a presente pesquisa (Gráfico 1), nos permite demonstrar empiricamente que os moradores das favelas também apoiam o seu próprio cercamento para evitar o crescimento da favela, e as entrevistas nos revelaram que as associações de moradores atuam ativamente nas denúncias ao Estado de construções que ultrapassem as barreiras, verificamos, assim, o mimetismo das práticas espaciais da classe dominante.

Gráfico 1 – Resultado da pesquisa da opinião dos moradores das favelas do Alto da Boa Vista sobre os ecolimites



Uma vez que alguns moradores já se encontram assentados, eles exercem uma territorialidade que impede outros membros de sua classe social de gozarem dos mesmos



recursos ambientais. Ponderamos que as causas desse comportamento podem se assentar no anseio de afastamento do estigma de degradadores da floresta, ou mesmo da preservação dos benefícios imediatos da floresta desfrutados por eles, por exemplo, a fonte de abastecimento de água.

Estabelecemos diálogo com o roteiro metodológico apresentado por Marcelo Lopes de Souza (2019) para analisar a situação de injustiça ambiental. Pois temos aqui dois conjuntos de atores sofrendo com a injustiça ambiental. O primeiro conjunto é formado pelos moradores já estabelecidos nas favelas cercadas, para quem o perigo é imaterial e socialmente estrutural, visto que a fonte da ameaça é a possibilidade da remoção de suas residências. Já o risco objetivo de concretização desse perigo varia ao longo do tempo, pois a probabilidade de que ele ocorra oscila de acordo com os arranjos de poder na conjuntura política, sendo constante apenas a magnitude da perda de patrimônio caso ele venha a ocorrer. Para eles, o risco subjetivo é o grau de (in)segurança que sentem em relação às remoções, e essa percepção de risco pode ser potencializada quando as favelas ganham as manchetes como degradadores da floresta.

O segundo grupo de pessoas que enfrentam a injustiça ambiental é disperso no espaço, pois abarca as pessoas que tentam construir suas residências nas bordas das favelas estudadas. Elas são tanto pessoas com origem no próprio local e desejam construir a sua própria moradia, pessoas locais que tentam expandir a sua residência, ou outras vítimas da segregação residencial urbana que vêm de fora da favela para tentar se instalar às custas da supressão vegetal. Para essas pessoas, a origem de ameaça é de fonte dupla, pois, além do Estado, as associações de moradores das favelas atuam como fiscais para a contenção de sua ocupação. O risco objetivo é elevado, pois existe uma alta probabilidade de sua remoção. A magnitude também é considerável, pois a perda de patrimônio para quem pouco possui representa uma catástrofe na escala do indivíduo. O risco subjetivo não pode ser aferido, uma vez que não conseguimos contato com essas pessoas, apenas contamos com os relatos daqueles que atuaram na sua expulsão.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos apontando a contradição atinente a instrumentalização conservadora da proteção ambiental pelos próprios favelados. Porquanto os atuais ocupantes daquelas encostas tentam se proteger do risco imposto pelo ambientalismo dos mais poderosos, aquelas pessoas ameaçadas adotam o discurso dominante e reprimem as práticas espaciais dos ainda mais vulneráveis. Ou seja, optam por sacrificar outras pessoas da mesma classe, que tentam escapar do mesmo sofrimento imposto pela segregação residencial.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 3ª edição. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- CHAVES, Rafael Luiz L. L. Agentes do conflito ambiental e suas práticas espaciais: O caso da APARU-ABV, uma unidade de conservação municipal no Rio de Janeiro (RJ). **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, n° 1, pp. 246-280, 2019.
- CLOKE, P.; COOK, I.; CRANG, P.; GOODWIN, M.; PAINTER J.; PHILO, C. **Practising Human Geography**. London: SAGE Publications Ltd., 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R.; PINTAUDI, M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.
- FONSECA, Tiago Boruchovitch. **Pressões pela (re)valorização capitalista do espaço no bairro do Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro: conflitos acerca da permanências de favelas e a questão Ambiental**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2018.
- KIDDER, Louise et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo, EPU, 1987.
- MACHADO, Ana Brasil. **Os ecolimites como dispositivo para a gestão das discontinuidades internas da cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.
- _____. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. **Revista Mercator**, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 25-44, dez. 2015
- _____. **Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.